

Luiz Carlos Guimarães, da Abradee: em favor da competição isonômica

Executivo defende maior critério na concessão de subvenções e diz que primeiros resultados de revisão tarifária surpreenderam pela magnitude

Fábio Couto
de Belo Horizonte

Quando se fala em subsídios, subvenções ou encargos, o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Luiz Carlos Guimarães, demonstra preocupação. O motivo é o risco de desequilíbrio que, segundo ele, pode resultar em impactos tarifários e falta de isonomia. O executivo, à frente de uma das maiores Associações do setor elétrico - são 54 distribuidoras associadas, que correspondem a 99% do mercado -, pretende evitar que uma nova subvenção seja somada às demais, que é um desconto nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição para autoprodutores.

A idéia é convencer os deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados a alterar a legislação em vigor de modo que a concessão de subvenções como a concedida às fontes incentivadas e à autoprodução fiquem limitadas a um período fixo. "Não somos contra o mercado livre, mas defendemos que haja igualdade de condições, e as subvenções para o mercado livre criam distorções", comentou Guimarães

Ainda sob o efeito da aprovação, pela Agência Nacional de Energia Elétrica, das alterações nas Regras de Comercialização para incluir o desconto de TUSD e TUST para fontes incentivadas, Guimarães conta que a associação estuda entrar com ação contra a agência. E foi tratando de temas ligados à área jurídica que o presidente da ABRADÉE concedeu entrevista exclusiva à Agência CanalEnergia, durante a realização do VII Seminário Jurídico da ABRADÉE, em Belo Horizonte, na semana passada.

A preocupação do executivo com a questão passa ainda pelos encargos oficiais, como a sopa de letras que envolve CCC, CDE, RGR, Proinfa, TFSEE (taxa de fiscalização, contingenciada), entre outros temas. Guimarães trata da universalização de energia, defende maior critério na concessão de subsídios e subvenções e faz uma análise sobre os primeiros índices de revisão tarifária homologados pela reguladora - considerados excessivamente negativos. "Surpreendeu, não pelo fato de ser negativo, mas pelo fato de ter sido negativo demais", observou. Confira a entrevista.

Agência CanalEnergia - Passados alguns meses da decisão da Aneel de reabrir a base de remuneração da Enersul (MS), qual a avaliação atual da ABRADÉE sobre o tema?

Luiz Carlos Guimarães - O Jerson Kelman esteve recentemente num seminário nosso com a Apimec [Painel Setorial, realizado em 8 de outubro em São Paulo]

e deu resposta a esse tema. Ele entendeu que esse caso é um ponto fora da curva. É uma coisa acidental, não deverá acontecer mais, e basicamente se resumiu num erro detectado, que não poderia deixar de visitar. O Kelman deixou bem claro aos analistas de mercado presentes que é um fato isolado e a base de remuneração está blindada até o terceiro ciclo.

Agência CanalEnergia - Como a ABRADDEE avalia os percentuais negativos das revisões tarifárias das empresas? Não seria necessário diferimento, assim como aconteceu com índices excessivamente positivos de outros anos?

Luiz Carlos Guimarães - Em ambos os casos não é bom o diferimento. Assim como nós advogamos a tese, no primeiro caso, de que não deveria haver diferimento para reajustes positivos, também não reclamaremos no caso dos reajustes negativos. Até porque a função do órgão regulador é manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, não é dar a mais nem a menos.

Nos grandes reajustes, achamos que o equilíbrio não estava garantido com o diferimento. Com relação à negatividade das revisões, nossa expectativa era que efetivamente poderíamos ter revisões negativas, por várias circunstâncias. O WACC (custo médio ponderado de capital) diminuiu e já sabíamos disso, pois foi recalculado diante de taxas de juros mais baixas, financiamento, etc.

Também tivemos aumento de produtividade, o que reflete negativamente no índice. Por outro lado, tínhamos alguns diferimentos, entre outros custos, que agora foram extintos ou reduzidos. O que nos impressionou, porém, foi a dimensão [dos índices]. Não houve aumento de produtividade nem redução de taxa de juros que justificasse o tamanho da redução.

Entendemos que a Aneel foi além do que devia, que isso é provisório, mas pode nos causar problemas mais à frente, porque se não for recuperado só pelo efeito do aumento, então será pelo efeito do passado que deixou-se de considerar. Isso pode resultar em reajustes positivos além da expectativa do consumidor, gerando um ruído que poderia ser evitado se a Aneel fosse mais razoável.

Agência CanalEnergia - Quais pontos podem ter influenciado as decisões da Aneel?

Luiz Carlos Guimarães - Ela desconsiderou vários custos do passado que deveriam estar na empresa de referência. Por exemplo, ela avaliou mal investimentos em tecnologia. Outra questão é a definição de consumidor rural ou urbano - a Aneel pode ter trabalhado com uma proporção maior de consumidores urbanos do que uma empresa efetivamente possui.

Uma questão que, na minha avaliação, foi muito maltratada pela Aneel, foram os salários. A Aneel não fez pesquisa salarial, mas utilizou pesquisas passadas e aplicou reajustes meio casuísticos. Enfim, vários parâmetros foram considerados contra o reajuste. Vários itens que ela poderia ter considerado de

forma diferente, se tivesse metodologia elaborada, acabaram não sendo atendidos. A Aneel fez estimativas muito conservadoras.

Agência CanalEnergia - Quais são as ações da ABRADÉE no sentido de reduzir subsídios e subvenções no setor - se não para eliminá-los, pelo menos para evitar novos?

Luiz Carlos Guimarães - Esses subsídios, em grande maioria, vêm em lei, não é possível mudar facilmente só com ação da ABRADÉE. Achemos que essa é uma questão que deveria ter mais atenção do governo, o Executivo deveria se preocupar mais com isso. Até porque talvez seja uma das únicas possibilidades de ter modicidade de tarifas nesse quadro de aumento de custos que acontece agora sobre o setor elétrico - gás aumentando, petróleo aumentando, hidrelétricas com preços mais altos devido aos impasses ambientais. Achemos que a preocupação do governo deveria ser não só sobre os encargos, mas sobre os tributos.

Um exemplo é o andamento do projeto de lei que estende aos autoprodutores as subvenções de 50% de pagamento de TUSD e TUST. Onde podemos atuar, temos feito. Agora, de qualquer modo, o governo tem mais condição [para reduzir subvenções]. Algumas coisas vêm sendo feitas. A própria Aneel tem atuado fortemente na questão da Conta de Consumo de Combustíveis. O próprio planejamento, no tocante à CCC, dá expectativa de reduzir o encargo, na medida que teremos linhas interligando a região Norte ao SIN. Mas é preciso redobrar esforço.

Agência CanalEnergia - Em quais pontos?

Luiz Carlos Guimarães - A RGR, por exemplo, tem uma vida útil até 2010. A expectativa nossa é que, chegando lá, a RGR não se prolongue. Até agora não há sinalização do governo, pelo contrário, a lei 10.438 acabou alongando a existência da RGR, que já era para ser extinta.

Agência CanalEnergia - E com relação à subvenção das fontes incentivadas. Há um projeto de lei que a ABRADÉE está apoiando em busca de restrição aos subsídios, não?

Luiz Carlos Guimarães - O projeto de lei, do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), estende a subvenção para contemplar também o autoprodutor. Achemos que deveríamos aproveitar esse projeto e regularizar as subvenções. Primeiro, elas devem ter prazo de existência, não podem existir ao infinito. Até quando isso vigora? Isso é fundamental. Outra coisa é que não podemos manter ao infinito a concessão no âmbito de quem tem direito. A subvenção deve existir no momento em que seja preciso incentivá-las. Nossa proposta é que só terá direito a subvenção aquelas usinas alternativas que entrarem em operação até 2010, pois você obriga quem tem autorização a correr atrás. Isso é bom para o sistema, que precisa de expansão.

E nessa questão do incentivo, há quem elogie o trabalho feito para entrada da energia incentivada por um pessoal que diz estar em uma disputa de mercado.

É uma 'pseudodisputa'. Que disputa de mercado é essa? Concorrência que tem concorrentes com subvenção, isso cria desigualdade! Vi recentemente um artigo no próprio CanalEnergia segundo o qual nós somos contrários à idéia, reacionários ao mercado livre. O mercado livre é ótimo, mas que haja competição leal, nas mesmas condições.

Agência CanalEnergia - Uma proposta da ABRADÉE trata da recontração da energia existente. Como está o andamento dessa idéia?

Luiz Carlos Guimarães - A nossa idéia é poder recontratar antecipadamente, o gerador também tem essa idéia, é um interesse geral do setor. O consumidor livre pode fazer isso, porque ele é livre mesmo para isso. O gerador também não é regulado. Só que nós gostaríamos de ter, também, a oportunidade de fazer a recontração por antecipação - de A-5, por exemplo. Isso dá mais segurança ao gerador, porque ele sabe que a energia que estará descontraída daqui a cinco anos já estará contratada hoje. Isso é uma vantagem para eles e para nós também, porque já garante o mercado de energia velha. Conseguiremos, com isso, colocar bom preço para consumidores cativos.

Agência CanalEnergia - A universalização preocupa a ABRADÉE, especialmente nos casos de empresas com área de concessão muito grande, mas com poucos consumidores. Como está o debate desse tema na entidade?

Luiz Carlos Guimarães - É o caso de empresas como a Enersul. Às vezes um aumento de tarifa de grandes proporções é provocado por fatores como este, uma área de concessão com característica diferenciada, com baixa concentração de carga. É mais onerosa, porque para atender um número de consumidores igual ao de outra área mais populosa, a empresa gastará mais dinheiro. O serviço é mais caro e a tarifa é mais alta. Esse é um problema não resolvido, nem nesse modelo, nem no anterior.

Desde a desqualificação de tarifas que esse tema não tem solução, desde a lei 8.631/93. Só que agora esse problema está aparecendo, por conta da universalização. Quando não se universalizava a energia, o problema não era tão grande, mas começou a surgir e não há solução adequada. E ainda não há solução. A única coisa feita pelo governo - e diga-se de passagem, uma boa medida, devemos reconhecer - é que ele entrou com recursos a fundo perdido. Mas não foi suficiente, no nosso entender, e a Aneel ainda mudou a regra das obrigações especiais, problema que vai aparecer no futuro.

In: Entrevistas - Luiz Carlos Guimarães, da Abradee: em favor da competição isonômica, **Canal Energia**, Mídia Online, 19.novembro.2007